

Propostas de todo descabidas

ESTADO DE SÃO PAULO

20 JUL 1998

Mesmo que se dê o desconto concedido às retóricas de palanque, ainda assim o eleitor deverá estar perplexo diante das propostas do candidato Luiz Inácio Lula da Silva apresentadas aos prefeitos reunidos no 15.º Congresso Mineiro de Municípios no decorrer da semana. A perplexidade decorre do fato de que o candidato parece ignorar obstáculos de natureza institucional que se opõem à efetivação das promessas, e também da duvidosa viabilidade delas, tomadas em si mesmas. Para o governo que se anuncia como o do Brasil real, contraposto à realidade virtual atribuída ao governo Fernando Henrique Cardoso, é de toda conveniência, se não de estrito dever, procurar desfazer tal perplexidade.

Faz mais de 40 anos, passou como simples frase de efeito a declaração de Juscelino Kubitschek de que, uma vez eleito, iria "morar no Brasil" – uma ubiqüidade tal que panegirista algum atribuiria ao mais milagroso dos santos. Lula não ficou em frases de efeito. Avançou para a proposta concreta de instalar o governo fora de Brasília, num circuito de municípios, para conhecer de perto os problemas de cada região. É uma proposta descabida, ain-

da que se aceite que a intenção possa ser louvável.

A proposta põe em questão a própria organização jurídico-administrativa do Estado brasileiro. Desde o Império, não somos mais um Estado unitário em que o chefe do Estado possa pretender conduzir todos os mais de 5.500 municípios brasileiros. E de maneira personalizada, saltando por cima quer da organização federativa, quer da dupla representação sediada em Brasília, a dos Estados, no Senado, e a da população, na Câmara.

Tem o mesmo tom a promessa de instalar uma agência de banco oficial em cada município, como se a instituição financeira, pública ou não, fosse apenas órgão pagador de funcionários ou de benefícios. Por que não usar, como em tantos outros países, redes já implantadas e quase onipresentes, como as dos Correios? Será que o candidato ignora que, mesmo no Brasil, as agências das loterias estão credenciadas para receber pagamentos de impostos e de contas de luz, gás, telefone?

Os compromissos de Lula com os prefeitos primam também pela inviabilidade. Prometeu renegociar as dívidas municipais com a União. Como? Embora não tenha dito, só poderá ser pelo processo mais conhecido, o

da troca de títulos da dívida dos municípios – que ronda pelos R\$ 9,5 bilhões – por títulos da dívida da União. A promessa, se cumprida, só levará à estratosfera o déficit público; e, na mesma proporção, as taxas de juro.

A contrapartida por esse negócio de pai para filho seria, na visão de Lula, o empenho dos municípios na realização de programas sociais para gerar emprego e renda e levar as crianças da rua para a escola. Vã esperança ou santa ingenuidade, quando se sabe muito bem

quanto vai de irresponsabilidade ou irracionalidade administrativa na origem das dívidas dos municípios. Não faz muito tempo, o prefeito de uma capital negociou um empréstimo de cerca de R\$ 100 milhões para dotar sua cidade de rede de esgotos. Gastou todo o dinheiro, não fez mais que metade das obras e deixou a dívida com a União. Estará ele entre "os primos pobres da hierarquia administrativa do País" de que fala Lula? Alguém pode tomar a sério sua promessa de levar todas as crianças de rua para a escola, mesmo depois de a taxa de escolarização líquida na faixa etária obrigatória – dos 7

aos 14 anos – ter atingido 91%?

Para arrematar, Lula ainda se comprometeu a extinguir o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), a Lei Kandir (que criou isenção do ICMS sobre exportações e alguns produtos importados) e acabar com as isenções fiscais. É difícil calcular quanto re-

sultará daí, de perda nas receitas do governo federal. Mas é fácil saber que a extinção do FEF contribuirá para aumentar o déficit do Tesouro, e a ab-rogação da Lei Kandir tor-

nará as exportações mais onerosas, com sérios reflexos na balança comercial.

Essas são promessas que qualquer político sem grande noção dos problemas da administração financeira federal pode fazer. O que não se concebe, quando a crise do Japão ainda não foi resolvida e quando a Rússia luta para convencer os investidores estrangeiros de que é um país viável, é que, no Brasil, um candidato à Presidência da República diga: "Quando a gente tiver a equipe temática discutindo, vai aparecer o que a gente vai fazer com a dívida externa e com a dívida interna." Embora seja difícil de conceber, foi dito.

Ao prometer a renegociação da dívida dos municípios, Lula se esqueceu do déficit público